Revoltas do período regencial

Por:

Trabalho realizado para cumprimento parcial da disciplina de História sob orientação da professora Mabel.

São Mateus, setembro de 1999 - Nacional

Cabanagem

No auge de sua revolta, os cabanos proclamaram a república, em agosto de 1835, e declararam o Pará separado do império do Brasil.

Chamou-se cabanagem a rebelião que, marcada por enorme violência, irrompeu na província do Grão-Pará (Pará e Amazonas atuais) logo após a abdicação de D. Pedro I e mobilizou as camadas mais pobres da população contra o poder central e as elites, sobretudo os portugueses. O primeiro levante ocorreu em 2 de junho de 1831, liderado pelo cônego João Batista Gonçalves Campos, conhecido como Benze-Cacetes. Após um período de trégua, ressurgiu com maior violência, poucos anos depois. Na fazenda do Acará, de propriedade de Félix Antônio Clemente Malcher, organizou-se uma revolução para destituir o então presidente Bernardo de Souza Lobo. Malcher assumiu o governo em janeiro de 1835 e nomeou comandante de armas o tenente Francisco Pedro Vinagre, mandando executar o presidente, juntamente com o comandante de armas, coronel Joaquim José da Silva Santiago, e o capitão-de-fragata Guilherme James Inglis.

Em breve, porém, deposto pelos "vinagristas" insatisfeitos, Malcher foi morto e arrastado pelas ruas de Belém. Meses depois, Vinagre foi também derrubado por outro chefe cabano, Manuel Jorge Rodrigues. Pondo-se à frente dos revoltosos, Eduardo Francisco Nogueira, o Angelim, de 23 anos, conseguiu tomar o poder das mãos de Rodrigues. Este refugiou-se na ilha de Tatuoca, onde foi encontrá-lo, em março de 1836, o brigadeiro Soares de Andréia, depois barão de Caçapava, nomeado comandante de armas e presidente da província pela Regência. Iniciou-se então o bloqueio de Belém. Em fins de abril o bispo D. Romualdo de Souza Coelho interveio e negociou o armistício, com a condição de ser dada a anistia, voltando Angelim a sua fazenda do Canagipó, com o que não concordou Andréia.

Só a 10 de maio Angelim deixou Belém, confiando o dinheiro do tesouro público ao bispo. A 17 do mesmo mês, Andréia ocupou Belém, mas a luta prosseguiu no interior, onde os legalistas enfrentaram guerrilhas mesmo depois da prisão de Vinagre e Angelim em outubro. Na comarca do rio Negro, atual estado do Amazonas, foi heróica a resistência do cabano Ambrósio Alves Baraorá. O último chefe cabano, Gonçalves Jorge Magalhães, rendeu-se em 25 de março de 1840.

Balaiada

Dentre os numerosos levantes populares ocorridos no Brasil durante o período imperial, oriundos da opressão econômica das classes dominantes, um dos mais importantes foi a balaiada.

Balaiada foi como ficou conhecida a rebelião popular que assolou as províncias do Maranhão, Ceará e Piauí de 1838 a 1841. A denominação provém da alcunha Balaio, dada a um de seus líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de cestos. A revolta eclodiu em sucessivos e ininterruptos motins, iniciados com o levante ocorrido em Vila do Manga do Iguará, no Maranhão, em 13 de dezembro de 1838, quando o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutaí, o Cara Preta, libertou os presos da cadeia.

Sem objetivos políticos definidos no início, o levante transformou-se numa vingança coletiva contra fazendeiros e proprietários, quando ocorreu a adesão de Balaio ao movimento. A princípio, a revolta obteve o apoio da ala exaltada do Partido Liberal, por meio do jornal Bem-te-vi, editado em São Luís, cujo redator era Estêvão Rafael de Carvalho. Depois passou a prevalecer a opinião dos moderados, que condenaram os excessos da caudilhagem, as depredações e assassínios praticados pelos revoltosos. Entre os caudilhos, destacaram-se Ruivo, Mulungueta, Pedregulho, Milhomens, Gavião, Macambira, Coco e Tempestade e, especialmente, o preto Cosme Bento das Chagas, o "Dom Cosme tutor e imperador das liberdades bem-te-vis", que conseguira aliciar apreciável contingente de escravos fugidos. A adesão destes mostrou claramente o aspecto não apenas social e econômico, mas também racial da balaiada, já que reuniu pretos e mulatos, os chamados "bodes", que, aliados a índios e cafuzos, sem terra e sem direitos, uniram-se contra os portugueses e seus descendentes, que constituíam a classe dominante.

Para dominar o levante, que se estendera ao Ceará e ao Piauí, o regente do império, Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, enviou ao Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente e comandante de armas em 7 de fevereiro de 1840. Após um ano de guerrilhas, anunciou-se a pacificação das províncias conflagradas, em 19 de janeiro de 1841, o que valeu ao comandante a promoção ao generalato e o título de barão de Caxias.

Sabinada

O médico Francisco Sabino foi o principal ideólogo da rebelião baiana que, em meados do século XIX, defendeu a autonomia provincial num regime republicano provisório.

Sabinada foi um movimento revolucionário, liberal e federalista ocorrido na Bahia durante a regência, entre 1837 e 1838. Propunha a proclamação "provisória" de um regime republicano até a maioridade do imperador -- talvez como primeiro passo para a apresentação de reivindicações autonomistas -- e a fundação do Estado Livre Bahiense, inspirado na República de Piratini pretendida pela revolução farroupilha. Os rebeldes criticavam a transferência de rendas para o Sudeste e a supremacia local dos senhores de engenho e plantadores de tabaco. Em 7 de novembro de 1837, conseguida a adesão da tropa, ocuparam a cidade de Salvador e obrigaram o presidente da província, Francisco de Sousa Paraíso, a fugir para o Rio de Janeiro.

A revolta ficou restrita à capital da Bahia. O governo legal instalou-se na cidade baiana de Cachoeira, com o apoio dos grandes proprietários. Os rebeldes, que não possuíam barcos para se movimentar sequer pelo recôncavo, viram-se separados de seus partidários em Itaparica e Feira de Santana, enquanto eram sitiados pelo brigadeiro João Crisóstomo Calado, que recebera reforços da corte, de Sergipe e de Pernambuco. Em três dias de combates, os legalistas perderam 600 homens, os sabinos 1.258, e outros 2.989 foram feitos prisioneiros. Salvador foi incendiada e Francisco Sabino condenado à morte. Comutada a sentença, o líder rebelde foi exilado em Goiás, onde tentou novo levante, que lhe valeu a punição de transferência para Mato Grosso, onde morreu.

Guerra dos Farrapos

Esfarrapados combatentes gaúchos deram o nome à mais longa revolução da história do Brasil e que representou, na época do império, séria ameaça à integridade territorial do país.

A revolução Farroupilha, ou guerra dos Farrapos, se estendeu por dez anos, de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul. Opôs de um lado estancieiros liberais separatistas, conhecidos como chimangos, desejosos de criar um estado republicano, com o apoio das camadas populares; e de outro os adeptos da monarquia, chamados de caramurus.

A revolução autonomista, chefiada por Bento Gonçalves da Silva e que tinha como principal mentor intelectual o jornalista Tito Lívio Zambeccari, carbonário italiano exilado, foi desencadeada em reação à pesada taxação imposta ao charque e aos couros e à suspensão do pagamento das dívidas do governo imperial. A revolta explodiu em setembro de 1835. Os revolucionários tomaram Porto Alegre e expulsaram as autoridades legais, conseguindo diversas vitórias. Em setembro de 1836 proclamaram um estado republicano - a chamada República de Piratini ou Farroupilha - que pretendia constituir uma federação com as províncias brasileiras que a ela aderissem. Na batalha do Fanfa, em outubro de 1836, os imperiais derrotaram os sediciosos e prenderam Bento Gonçalves e Zambeccari.

A luta prosseguiu e os farroupilhas voltaram à ofensiva com triunfos em Rio Pardo e Caçapava, em março e abril de 1837. Bento Gonçalves conseguiu fugir a nado do forte do Mar, na Bahia, onde estava preso e reassumiu o comando da luta, que se estendeu a Santa Catarina. Lá, os revoltosos proclamaram, em 22 de julho de 1839, em Laguna, a República Juliana, de curta duração. Nessa época incorporara-se à revolução outro italiano, Giuseppe Garibaldi, futuro paladino da unificação de seu país e que ligou seu destino ao de uma brasileira, Anita Garibaldi, heroína da causa rebelde.

As forças governamentais aumentaram a pressão a partir de 1840, mas só em 1842, com a nomeação de Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, para presidente da província e comandante das tropas imperiais, é que foi selada a sorte dos rebeldes. Estes, reforçados pelo pacto firmado em Quaraí com o general-chefe do Exército uruguaio, José Fructuoso Rivera, ainda conseguiram vitórias importantes em 1843, mas acabaram neutralizados pelos êxitos de Caxias no ano seguinte. Em fevereiro de 1845 Bento Gonçalves se dispôs a negociar o armistício. Um conselho de guerra farroupilha aceitou as condições propostas pelo governo imperial. No dia 29 do mesmo mês foi assinada a ata de pacificação. Os chefes revolucionários conseguiram anistia, incorporação às forças do Exército, liberdade para os escravos que lutaram do lado rebelde e a concessão de patente de oficial para os líderes do movimento.